

# Termo de Referência 51/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
51/2023	200005-MJ-CGS-COORDENACAO GERAL DE LOGISTICA/DF	MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAHREM	30/11/2023 16:24 (v 10.2)
Status	PUBLICADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		08004.001198/2023-15

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a realização de serviços técnicos de adequações físicas, para viabilizar a instalação de 01 (um) elevador eletromecânico sob medida, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida, em conformidade às normas de acessibilidade vigentes para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília/DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Execução de serviços de adequações civis para adequar o espaço físico para a instalação do elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida	4383	unidade	1,00	R\$ 34.657,67	R\$ 34.657,67

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência de cada contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000002/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 78

IV) Classe/Grupo: 3960 - ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES

V) Identificador da Futura Contratação: 200005-5/2023

2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.4. Justifica-se a presente contratação em virtude da necessidade de adequar o espaço físico da edificação do Anexo II do Ministério para o atendimento adequado aos servidores e usuários que possuem necessidades especiais, promovendo uma ação contínua de acessibilidade física, atendendo às exigências legais pertinentes, reforçando ainda mais o direito de ir e vir do cidadão portador de necessidades especiais.

2.5. Como função do equipamento de transporte vertical, temos a busca pela facilitação da locomoção de pessoas entre níveis ou andares da edificação.

2.6. No local existe um equipamento de transporte vertical inclinado, o qual ocupa a única escada quando em funcionamento, limitando assim o fluxo de usuários entre o 1º e 2º subsolo da edificação. Atualmente não há outro equipamento ou meio físico acessível que possa promover a interligação entre estes pisos.

2.7. Como a execução das adaptações físicas são caracterizadas como serviços de diversas áreas temáticas das engenharias, o serviço deverá ser supervisionado por responsável técnico e será executado em bem imóvel, tem-se a caracterização destes serviços como comum de engenharia.

2.8. Por fim, justifica-se a presente contratação tendo em vista que o resultado do mesmo objeto restou fracassado na realização do Pregão Eletrônico nº 12/2023 (25591612).

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Visando buscar uma melhor compreensão da demanda, o Anexo I deste Termo de Referência possui um detalhamento arquitetônico do local a ser instalado o equipamento eletromecânico.

3.3. Para a efetiva execução do objeto, tem-se que serão necessárias as seguintes demandas:

##### ITEM 01

###### 3.3.1. Das instalações elétricas

3.3.1.1. De pose dos projetos executivos do Elevador Plataforma a ser fabricado e instalado, a empresa contratada deverá realizar os serviços de reformas das instalações elétricas da edificação para viabilizar o funcionamento do equipamento a ser projetado e instalado.

3.3.1.2. Para a execução dos serviços de instalações elétricas, deverão ser observadas as diretrizes gerais e outras pertinentes sobre serviços de reformas.

3.3.1.3. Toda e qualquer adaptação que a empresa precisar executar no sistema de instalações elétricas da edificação deverá ser apresentado previamente à Contratante para que seja analisado tecnicamente as intervenções, as quais somente poderão ser executadas após autorização formal da área técnica de engenharia e arquitetura da Contratante.

3.3.1.4. As emendas de condutores somente poderão ser feitas nas caixas, não sendo permitida a enfição de condutores emendados, conforme disposição da NBR 5410. Não serão permitidas, de forma alguma, emendas dentro de eletrodutos ou dutos. O isolamento das emendas e derivações deverá ter, no mínimo, características equivalentes às dos condutores utilizados.

3.3.1.5. A enfição será feita com o menor número possível de emendas, caso em que deverão ser seguidas as prescrições: limpar cuidadosamente as pontas dos fios a emendas; para circuitos de tensão entre fases inferior a 240V, isolar as emendas com fita isolante formar espessura igual ou superior à do isolamento normal do condutor; executar todas as emendas dentro das caixas.

3.3.1.6. Todos os condutores de um mesmo circuito deverão ser instalados no mesmo eletroduto.

3.3.1.7. As emendas dos cabos de 240V a 1000V serão feitas com conectores de pressão ou luvas de aperto ou compressão. As emendas, exceto quando feitas com luvas isoladas, deverão ser revestidas com fita de borracha moldável até se obter uma superfície uniforme, sobre a qual serão aplicadas, em meia sobreposição, camadas de fita isolante adesiva. A espessura da reposição do isolamento deverá ser igual ou superior à camada isolante do condutor. As emendas dos cabos com isolamento superior a 1000V deverão ser executadas conforme recomendações do fabricante.

3.3.1.8. A enfição de cabos deverá ser precedida de conveniente limpeza dos dutos e eletrodutos, com ar comprimido ou com passagem de bucha embebida em verniz isolante ou parafina. O lubrificante para facilitar a enfição, se necessário, deverá ser adequado à finalidade e compatível com o tipo de isolamento dos condutores.

3.3.1.9. Podendo ser usados talco industrial neutro e vaselina industrial neutra, porém, não será permitido o emprego de graxas.

3.3.1.10. As instalações elétricas só poderão ser executadas com material e equipamentos examinados e aprovados pela fiscalização técnica dos serviços. A execução deverá ser inspecionada durante todas as fases de execução, bem como após a conclusão, para comprovar o cumprimento das exigências do contrato.

3.3.1.11. Os componentes plásticos e a isolação de fiação elétrica devem ser retardantes à chama e auto-extinguíveis.

3.3.1.12. Os serviços a cargo da empresa deverão seguir os normativos vigentes, como a NBR 5410/2004, NBR 7288/2018 e NBR 16280/2020

### 3.3.2. Das instalações civis

3.3.2.1. De posse dos projetos executivos do Item 01, a empresa contratada deverá realizar os serviços de reformas das áreas prediais da edificação, para viabilizar a montagem e instalação do equipamento a ser projetado.

3.3.2.2. Toda e qualquer adaptação que a empresa precisar executar no piso, paredes ou teto da edificação deverá ser apresentado previamente à Contratante para que seja analisado tecnicamente as intervenções, as quais somente poderão ser executadas após autorização formal da área técnica de engenharia e arquitetura da Contratante.

3.3.2.3. O rebaixamento do piso será executado pela Contratante, devendo a empresa que fornecerá o equipamento eletro mecânico apresentar na sua proposta qual o nível do piso acabado que deve estar no local, além das metragens técnicas de seu equipamento.

3.3.2.4. A empresa deverá providenciar para que os materiais, mão-de-obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma e plano de execução do objeto contratado.

3.3.2.5. A empresa deve obedecer às normas de segurança vigente, bem como a instalação do equipamento não pode comprometer a estrutura civil da edificação.

3.3.2.6. A limpeza dos elementos deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas. Particular cuidado deverá ser aplicado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.

3.3.2.7. Os serviços a cargo da empresa deverão seguir os normativos vigentes, como a NBR 6118/2014, NBR 15575/2013, NBR 16537/2018.

3.4. A resolução 218/73 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) define que a execução de supervisão e condução de serviços técnicos referentes a edificações são atribuições de engenheiros civis e serviços técnicos referentes a utilização de energia elétrica são atribuições de engenheiros eletricitas.

3.5. A empresa contratada deverá emitir a sua respectiva Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) pelo profissional qualificado e responsável pela execução dos serviços.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratação deverá prever no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI /MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;"

4.1.2. As práticas de sustentabilidade vislumbradas, principalmente em relação à conservação de meio ambiente, são as abaixo citadas:

4.1.2.1. A otimização de recursos materiais.

4.1.2.2. A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias.

4.1.2.3. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.2.4. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

4.1.2.5. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias.

4.1.2.6. Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado pelo Contratante, em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências das edificações do Contratante.

4.1.2.7. Caberá às Contratadas a aplicação de todos os demais critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Diante das conclusões extraídas, a Administração aceitará o fornecimento de produtos/marcas usualmente utilizadas nas demandas de construção civil.

#### **Subcontratação**

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, sendo limitada a 5,0% do valor contratual.

4.6. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11.1. O agendamento da vistoria deve ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2025-8036, onde as licitantes serão instruídas a encaminhar por e-mail a formalização da vistoria.

4.11.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil da publicação do Aviso de Dispensa Eletrônica, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a realização da sessão pública.

4.11.3. O licitante deverá trazer, impresso, o modelo de Declaração de Vistoria, conforme modelo Anexo a este Termo de Referência, para ser assinado pelo servidor responsável ao final da vistoria.

4.11.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.12. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Os serviços contratados somente poderão ser iniciados após a emissão da ordem de serviço, por parte da equipe de fiscalização/gestão dos Contratos.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. Em relação ao **Item 01**, a empresa contratada deverá seguir os procedimentos abaixo:

5.1.2.1.1. A fiscalização/gestão, de pose dos projetos executivos emitidos pela empresa contratada para a fabricação, montagem e instalação do Equipamento Eletromecânico, entregará formalmente, mediante a realização de reunião inicial (reunião de *kickoff*), à empresa Contratada, a qual deverá analisar os artefatos para executar os serviços de reforma e adaptações físicas necessárias para viabilizar a posterior instalação do equipamento projetado.

5.1.2.1.2. Para o início da execução dos serviços, a empresa Contratada deverá receber a Ordem de Serviço da fiscalização/gestão do contrato.

5.1.2.1.3. O orçamento referencial para estes serviços de reforma e adaptações físicas da edificação foi elaborado com base em estimativas de quantitativos que fisicamente podem ser levantados no local.

5.1.2.1.4. Deste modo, decorrida a elaboração e entrega do projeto executivo do equipamento, os quantitativos destes serviços estimados poderão sofrer variações, as quais não serão objeto de aditivos, tendo em vista a previsão de execução do Contrato será no regime de empreitada por preço global

5.1.2.1.5. Havendo serviços estimados e que não serão executados, estes serão instruídos para celebração de termo aditivo de supressão, ao passo que nos casos de serem necessários serviços não previstos inicialmente e que sem os mesmos a instalação do equipamento se torne prejudicada, estes deverão ser instruídos para celebração de possível termo aditivo de acréscimos, respeitando os limites da legislação vigente.

5.1.2.1.6. Foram previstos os seguintes serviços:

1. Isolamento da área;
2. Demolições de mureta no 1º subsolo, alvenarias do restaurante e piso do 2º subsolo;
3. Relocação de eletrodutos e quadro de energia do 2º subsolo;
4. Relocação de porta de vidro;
5. Execução de parede em alvenaria, com o devido acabamento;
6. Execução de piso nivelado, conforme projeto executivo da empresa fornecedora do equipamento.
7. Pintura em alvenarias;
8. Remoção de todo entulho;
9. Ao final dos serviços, a Contratada deverá apresentar o projeto executivo a nível as built dos serviços executados.

#### Local e horário da prestação de serviço

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Edifício Anexo II do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sito Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília/DF.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: preferencialmente no horário compreendido entre 7:00 e 18:00 horas, de segunda a sexta-feira. Entretanto, em comum acordo das partes, esses serviços poderão ser realizados em horários e dias diversos, sem ônus adicional as Contratantes.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. A empresa Contratada deverá disponibilizar os materiais, insumos, ferramentas, maquinário e equipamentos adequados para a execução dos serviços estimados, às suas expensas.

5.4.2. Os insumos utilizados pela Contratada na execução dos serviços aqui descritos deverão ser sempre de boa qualidade, devendo as amostras serem submetidas à aprovação da fiscalização/gestão antes do seu emprego.

5.4.3. A Contratada é responsável por todos os materiais, equipamentos, ferramentas e maquinários postos no local dos serviços, devendo se resguardar sobre a guarda e conservação dos mesmos.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A contratação para os serviços técnicos de reformas físicas deverá obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato – existentes ou que venham a ser editadas – mais especificadamente às seguintes normas:

5.5.1.1. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.5.1.2. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.

5.5.1.3. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.

5.5.1.4. À Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997 e atualizações – Estabelece as Práticas de Projetos e Construção e Manutenção de edifícios Públicos Federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes de SISG.

5.5.1.5. Disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal (incluindo as do CBM-DF).

5.5.1.6. Exigências e orientações do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

5.5.1.7. Exigências e orientações do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal.

5.5.1.8. Normativos do Ministério do Trabalho e emprego aplicáveis.

5.5.2. A empresa Contratada deverá atentar em especial para os normativos que seguem e seus associados, mas não se restringir a eles. A presença ou não de um normativo nesta lista não exime a contratada de observá-lo, se pertinente for à prestação de serviços, aqui contratados.

5.5.2.1. NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão.

5.5.2.2. NBR 5671:1990 - Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura.

5.5.2.3. NBR 6118: 2014 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento.

5.5.2.4. NBR 6120:2019 - Ações para o cálculo de estruturas de edificações.

5.5.2.5. NBR 6122:2022 - Projeto e execução de fundações.

5.5.2.6. NBR 7199:2016 - Vidros na construção civil - Projeto, execução e aplicações.

5.5.2.7. NBR 9050:2022 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

5.5.2.8. NBR 9077:2001 - Saídas de emergência em edifícios.

5.5.2.9. NBR 10821:2017 - Esquadrias para edificações.

5.5.2.10. NBR 11702:2021 - Tintas para construção civil - Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais - Classificação e requisitos.

5.5.2.11. NBR 13529:2013 - Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas - Terminologia.

5.5.2.12. NBR 14698:2001 - Vidro temperado.

5.5.2.13. NBR 16280:2014 - Reforma em edificações - Sistema de Gestão de Reformas - Requisitos.

5.5.2.14. Ministério do Trabalho e Emprego NR 6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

5.5.2.15. Ministério do Trabalho e Emprego NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

5.5.2.16. Ministério do Trabalho e Emprego NR 18: Segurança e saúde no trabalho na Indústria da Construção.

5.5.2.17. Ministério do Trabalho e Emprego NR 23: Proteção contra incêndios.

5.5.3. Em relação aos serviços de reformas das áreas físicas, temos que a Contratada deverá executar os mesmos seguindo os seguintes preceitos:

5.5.3.1. Os serviços preliminares englobam o isolamento da área de trabalho por tapumes ou outro material adequado, a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos serviços, a elaboração dos projetos executivos da reforma, que serão subsídios para a elaboração dos projetos a nível *as built* (como construído).

5.5.3.2. Em relação as demolições, temos que a contratada deverá executar as retiradas e remoções dos materiais necessários para a futura instalação do equipamento eletro mecânico de transporte vertical. Nos custos deste serviço já estão inclusos o transporte e descarte adequado dos entulhos.

5.5.3.3. Posteriormente aos serviços de demolições e retiradas, a Contratada deverá iniciar a execução do nivelamento do piso de concreto do 2º Subsolo, devidamente impermeabilizado e no nível exigido pelo projeto executivo desenvolvido pela empresa contratada para a fabricação e instalação do Elevador Eletromecânico.

5.5.3.4. A execução da parede de alvenaria deverá ser executada com tijolo cerâmico, com dimensões normatizadas, de primeira qualidade, seguindo as normas e especificações técnicas pertinentes. A parede deverá possuir requadro condizente com as outras áreas não demolidas.

5.5.3.5. Como revestimentos, deverão ser executados chapiscos e rebocos, além de emassamentos e pinturas das paredes novas e retoques nas paredes onde houverem impactos da reforma.

5.5.3.6. As esquadrias a serem executadas versam sobre a mudança de localização da porta de acesso ao restaurante *a la carte* do SENAC. Atualmente a porta de vidro está instalada em um local que inviabilizará seu acesso após a instalação do equipamento eletro mecânico. Deste modo, se faz necessária sua mudança de local para dentro da lanchonete do SENAC.

5.5.3.7. Os serviços de instalações elétricas deverão ser realizados para atender as necessidades do projeto executivo desenvolvido pela empresa contratada para o Item 01, com a execução de novo circuito elétrico independente e exclusivo para o equipamento eletro mecânico a ser instalado.

5.5.3.8. Ao final de todos os serviços de reformas, a Contratada deverá promover a limpeza final do local.

5.5.3.9. Será de responsabilidade da Contratada, após avaliação do projeto executivo, fornecer todos os materiais necessários e realizar toda a adequação civil e elétrica do local físico para a posterior instalação do equipamento eletro mecânico.

5.5.3.10. Disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, compreendendo por materiais todas as peças, componentes, etc., que permitem o perfeito



funcionamento e instalação do objeto contratado, por equipamentos todas as estruturas, escadas, etc., que permitam a boa execução dos serviços contratados e por ferramentas todos os maquinários, ferramental, níveis, etc., que permitam a perfeita instalação do objeto contratado.

5.5.3.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de prover Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's suficientes para resguardar a integridade física do utilizador, assim como a correta execução do serviço.

5.5.3.12. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que irão adentrar o órgão para a execução do serviço.

5.5.3.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

5.5.3.14. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.5.3.15. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

5.5.3.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, principalmente a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.5.3.17. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.5.3.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5.3.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.5.3.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos Capítulos VII da Lei nº 14.133/2021, qual seja a hipótese legal.

5.5.3.21. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### 5.5.4. Cronograma de realização dos serviços:

5.5.4.1. Com vias de estimar os prazos de execução dos serviços comuns de engenharia em questão, apresentamos abaixo o cronograma referencial para o presente certame:

<b>Etapas</b>	<b>Prazos Estimados</b>	<b>Unidade</b>
Serviços Preliminares	4	<b>dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviços</b>
Demolições	5	<b>dias úteis</b>
Estruturas e Fundações	25	<b>dias úteis</b>
Alvenarias	4	<b>dias úteis</b>
Revestimentos	5	<b>dias úteis</b>
Esquadrias	2	<b>dias úteis</b>
Instalações Elétricas	3	<b>dias úteis</b>
Limpeza Final	1	<b>dias úteis</b>
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>dias úteis</b>

5.5.4.2. Os prazos em questão poderão ser reformulados, conforme apresentação dos projetos executivos do equipamento, desde que tecnicamente aprovados pela fiscalização dos contratos.

5.5.4.3. Outras hipóteses de reformulação dos prazos poderão ser apresentada pela empresa Contratada para análise e deliberações da fiscalização/gestão dos contratos.

5.5.4.4. A empresa contratada somente iniciará os serviços após a emissão da ordem de serviço para a execução das reformas na edificação, conforme o contrato a ser celebrado por este artefato.

5.6. Especificações peculiares:

5.6.1. O cronograma apresentado anteriormente foi elaborado com base nas composições de custos utilizadas para aferir o valor estimado da contratação, onde constam a produtividade das mãos de obra de cada serviço.

5.6.2. O prazo total de execução de cada Etapa será melhor detalhado após a entrega do projeto executivo do equipamento eletro mecânico.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto desta contratação.

6.7.1. A manutenção de preposto da empresa no local da execução do objeto justifica-se pela necessidade de um profissional para representar a empresa junto à Administração. O preposto é o responsável ainda pela orientação da conduta dos profissionais alocados para a realização dos serviços contratados, não podendo este papel ser realizado pela fiscalização.

6.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. Organização das documentações de caráter administrativo da contratação.

6.18.2. Elaboração de documentos visando subsidiar o ateste administrativo dos documentos apresentados pela empresa, para fins de liquidação de despesas, posteriormente ao recebimento realizado pela fiscalização técnica.

6.19. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Gestor do Contrato**

6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A medição dos serviços ocorrerá considerando o valor global da etapa.

7.3.2. Os serviços serão medidos somente após sua conclusão total. Deste modo, por exemplo, no serviço de execução de alvenarias, estas somente serão passíveis de medição após a conclusão de toda a parede de tijolo furado.

7.3.3. É fundamental que todas as medições e pagamentos sejam realizados de forma transparente, garantindo a justa remuneração dos serviços prestados e incentivando a qualidade e eficiência na execução da reforma. As partes envolvidas devem concordar com os critérios estabelecidos antes do início da obra, a fim de evitar possíveis conflitos e estabelecer uma relação.

### Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **15 (quinze)** dias, pelos fiscais técnicos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5.11. A aprovação da medição prévia apresentada pelo contratado não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

7.5.12. Os serviços rejeitados, no todo ou em parte, deverão ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6 / 100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

### Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.26 O pagamento será realizado conforme o cronograma físico-financeiro abaixo:

Etapa	Prazo	Valor Estimado com BDI	CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO - NÃO DESONERADO							
			4º dia	9º dia	34º dia	38º dia	43º dia	45º dia	48º dia	49º dia
Serviços Preliminares	4	61,22% R\$ 21.217,27	50% R\$ 10.608,63							50% R\$ 10.608,63
Demolições	5	0,81% R\$ 281,20		100% R\$ 281,20						
Estruturas e Fundações	25	5,74% R\$ 1.988,02			100% R\$ 1.988,02					
Alvenarias	4	1,39% R\$ 480,56				100% R\$ 480,56				
Revestimentos	5	4,63% R\$ 1.604,05					100% R\$ 1.604,05			
Esquadrias	2	11,56% R\$ 4.005,33						100% R\$ 4.005,33		
Instalações Elétricas	3	14,58% R\$ 5.054,64							100% R\$ 5.054,64	
Limpeza Final	1	0,08% R\$ 26,62								100% R\$ 26,62
TOTAL ACUMULADO	59	100% R\$ 34.657,67	30,61% R\$ 10.608,63	31,42% R\$ 10.889,83	37,16% R\$ 12.877,84	38,54% R\$ 13.358,40	43,17% R\$ 14.962,45	54,73% R\$ 18.967,78	69,31% R\$ 24.022,42	100,00% R\$ 34.657,67

### Cessão de crédito

7.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

#### Critérios de aceitabilidade de preços

8.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O *interessado* que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

#### Regime de execução

8.3 O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

#### Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF



b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos

#### **Habilitação jurídica**

8.16. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.19. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.34. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges /ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.35. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Qualificação Técnica**

8.36. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.36.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.37. Registro ou inscrição da empresa contratada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, em plena validade.

8.38. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.39. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.39.1. Engenheiro Civil, Eletricista ou Mecânico: serviços de reforma com área mínima de 6,20m<sup>2</sup> em edificações públicas ou privadas.

8.40. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.41. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.42. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.42.1. Execução dos seguintes serviços e quantitativos:

8.42.1.1. Instalação de tapume provisório, de qualquer material, com o mínimo de 10,00m<sup>2</sup> de área.

8.42.1.2. Instalação de 01 (uma) unidade de porta de abrir, em qualquer medida, com mola hidráulica, inferior ou superior, e vidro temperado de qualquer espessura.

8.42.1.3. Instalação de, no mínimo, 147 metros de cabo flexível, em qualquer seção e material.

8.42.2. A escolha de atestados referentes aos serviços foram elencadas considerando que estes itens formam os serviços das parcelas de maior relevância e valor significativo do Item em questão, com base no orçamento da Administração, os quais se enquadram no Ramo A, quando elaborada a curva ABC de serviços (Princípio de Pareto), representando assim 50% de percentual acumulado.

8.43. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.43.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.43.2. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 34.657,67

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 34.657,67 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos)**, conforme a planilha orçamentária abaixo.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ESTIMATIVA NÃO DESONERADA								
<b>OBRA:</b>		Reforma civil para instalação de elevador vertical para acessibilidade						
<b>LOCAL:</b>		Ministério da Justiça e Segurança Pública, Edifício Anexo II, 1º e 2º Subsolos						
<b>RESPONSÁVEL:</b>		Engenheiro Civil Marcus Vinicius de Amorim Bohmgahrem			<b>DATA BASE:</b>	09/2023	<b>ART: 0720230020466 (SEI nº 23819)</b>	
Item	Referência	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Preços		Relevância
						Unitário	Total	

1 SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	SINAPI	98458	TAPUME COM COMPENSADO DE MADEIRA	M2	20,00	R\$ 154,19	R\$ 3.083,80	21,70%
1.2	SINAPI	97637	REMOÇÃO DE TAPUME/ CHAPAS METÁLICAS E DE MADEIRA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M2	20,00	R\$ 2,83	R\$ 56,60	0,40%
1.3	SINAPI	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE	M2	5,00	R\$ 18,81	R\$ 94,07	0,66%
1.4	CAU/BR	-	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES TÉCNICAS	CONJUNTO	1,00	R\$ 14.714,33	R\$ 14.714,33	98,30%
1.5	CREA/DF	-	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1067 /2015	UNID	1,00	R\$ 254,59	R\$ 254,59	1,70%
TOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES R\$ 18.203,39								
2 DEMOLIÇÕES								
2.1	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M3	1,14	R\$ 58,55	R\$ 66,75	0,47%
2.2	SINAPI	97629	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO	M3	1,00	R\$ 83,13	R\$ 83,13	0,59%
2.3	SINAPI	102192	REMOÇÃO DE VIDRO TEMPERADO FIXADO EM PERFIL U	M2	4,00	R\$ 16,87	R\$ 67,48	0,47%
2.4	SINAPI	97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES /TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	UNID	4,00	R\$ 0,69	R\$ 2,76	0,02%
2.5	SINAPI	97661	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M	12,81	R\$ 0,74	R\$ 9,48	0,07%
TOTAL DEMOLIÇÕES R\$ 229,60								
3 ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES								
3.1	SINAPI	103075	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL, ESPESSURA DE 15 CM, FCK = 30 MPA	M2	6,20	R\$ 210,09	R\$ 1.303,40	9,17%
3.2	SINAPI	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS	M2	6,20	R\$ 51,55	R\$ 319,82	2,25%
TOTAL ALVENARIAS R\$ 1.623,21								
4 ALVENARIA								
4.1	SINAPI	103328	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS	M2	4,18	R\$ 93,87	R\$ 392,38	2,76%
TOTAL ALVENARIAS R\$ 392,38								
5 REVESTIMENTOS								
5.1	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS	M2	8,58	R\$ 4,63	R\$ 39,73	0,28%
5.2	SINAPI	89173	SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE	M2	8,58	R\$ 44,19	R\$ 379,15	2,67%
5.3	SINAPI	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL	M2	26,88	R\$ 19,66	R\$ 528,47	3,72%
5.4	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	26,88	R\$ 13,48	R\$ 362,35	2,55%
TOTAL REVESTIMENTOS R\$ 1.309,70								
6 ESQUADRIA								

6.1	SINAPI	102185	PORTA DE ABRIR COM MOLA HIDRÁULICA, EM VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210 CM, ESPESSURA DD 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	UNID	1,00	R\$ 3.270,35	R\$ 3.270,35	23,02%
<b>TOTAL ESQUADRIAS R\$ 3.270,35</b>								
<b>7 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>								
7.1	SINAPI	101878	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE SOBREPOR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A	UNID	1,00	R\$ 449,99	R\$ 449,99	3,17%
7.2	SINAPI	93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A	UNID	2,00	R\$ 84,85	R\$ 169,70	1,19%
7.3	SINAPI	95727	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE	M	98,00	R\$ 20,43	R\$ 2.002,14	14,09%
7.4	SINAPI	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	294,00	R\$ 5,12	R\$ 1.505,28	10,59%
<b>TOTAL INSTALAÇÕES ELÉTRICAS R\$ 4.127,11</b>								
<b>8 LIMPEZA FINAL</b>								
8.1	SINAPI	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	M2	6,20	R\$ 1,96	R\$ 12,16	0,09%
8.2	SINAPI	99823	LIMPEZA DE PORTA INTEIRAMENTE DE VIDRO	M2	4,20	R\$ 2,28	R\$ 9,58	0,07%
<b>TOTAL LIMPEZA FINAL R\$ 21,74</b>								
TOTAL OBRAS							<b>R\$ 14.208,55</b>	41,00%
BDI OBRAS							<b>R\$ 3.193,24</b>	22,47%
TOTAL INSUMOS / MERO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS							<b>R\$ 14.968,92</b>	43,19%
BDI DIFERENCIADO							<b>R\$ 2.286,96</b>	15,28%
<b>TOTAL GLOBAL (ESTIMATIVO)</b>							<b>R\$ 34.657,67</b>	

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/200005

II) Fonte de Recursos: 1000000000

III) Programa de Trabalho: 04122003220000001

IV) Natureza da Despesa: 449051

V) Plano Interno: AE99OCGAENGJ

**VI) PTRES: 172195**

~~10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

Modelo utilizado disponível na página da AGU

(<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-contratacao-direta>)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: Agosto/2023

Termo de Referência – Serviços de Engenharia – Contratação Direta

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria nº 670, de 07 de junho de 2023 (SEI nº 24496802)

### MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAREM

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 15:46:49.

Despacho: Portaria nº 670, de 07 de junho de 2023 (SEI nº 24496802)

### IRIS CUMMING AMICUCCI SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 15:49:37.

Despacho: Portaria nº 1.718, de 16 de agosto de 2023 - Publicado em: 17/08/2023 | Edição: 157 | Seção: 2 | Página: 48

### HELTON LUIS PRADO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 16:09:34.



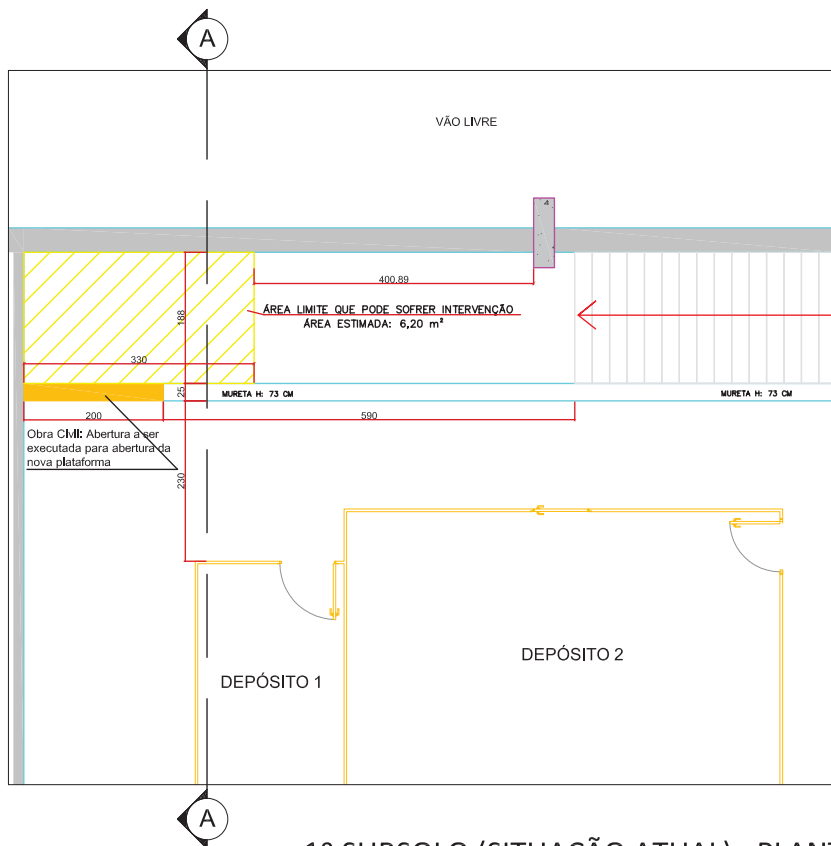
## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

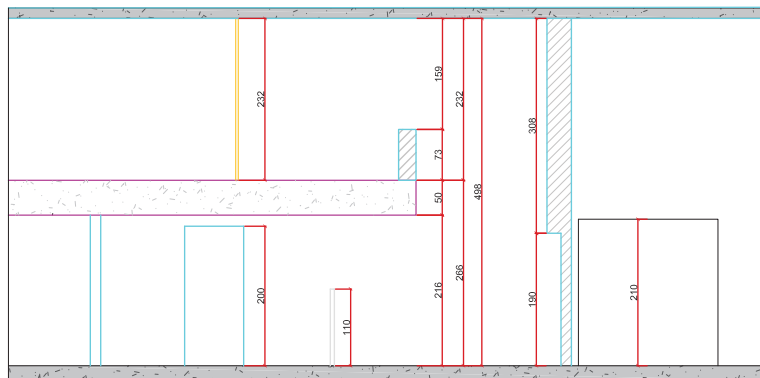
- Anexo I - Pesquisa de Preços - Reforma Civil.xlsx (14.37 KB)
- Anexo II - 02\_ANEXO\_II\_ARQ\_AP\_PLA\_FLH01\_Elevador\_plataforma\_1\_\_e\_2\_\_Subsolo\_R000.pdf (833.45 KB)
- Anexo III - ETP22\_2023.pdf (1.38 MB)
- Anexo IV - SEI\_MJ - 26310969 - Anexo IV do Termo de Referência.pdf (166.99 KB)



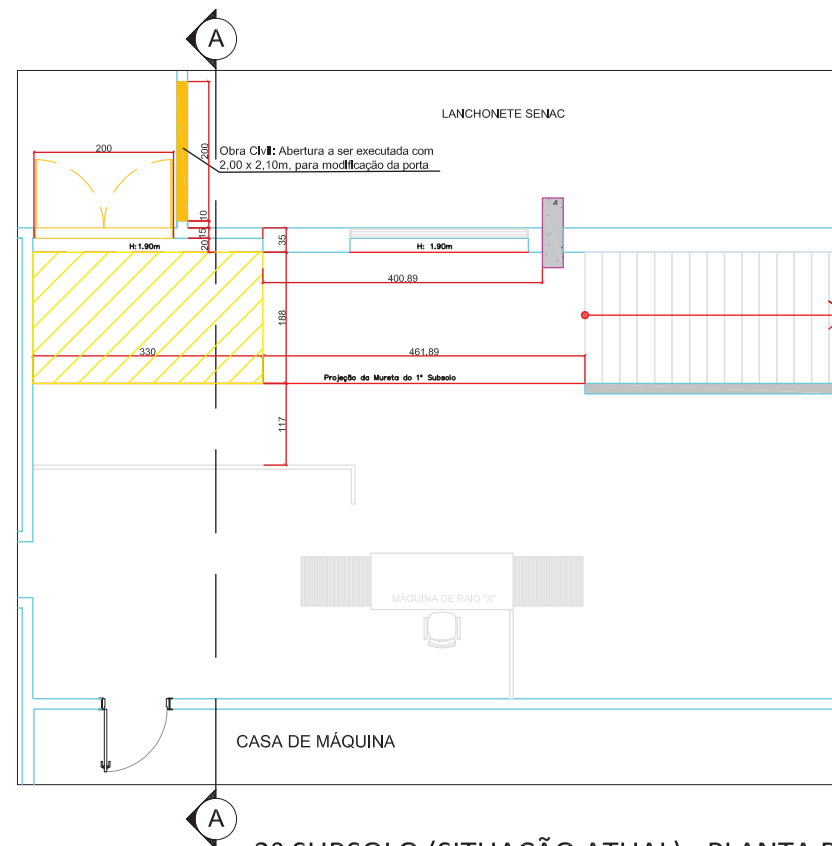
**Anexo II -**  
**02\_ANEXO\_II\_ARQ\_AP\_PLA\_FLH01\_Elevador\_platafora**  
**pdf**



1º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75




CORTE AA  
ESCALA - 1:75

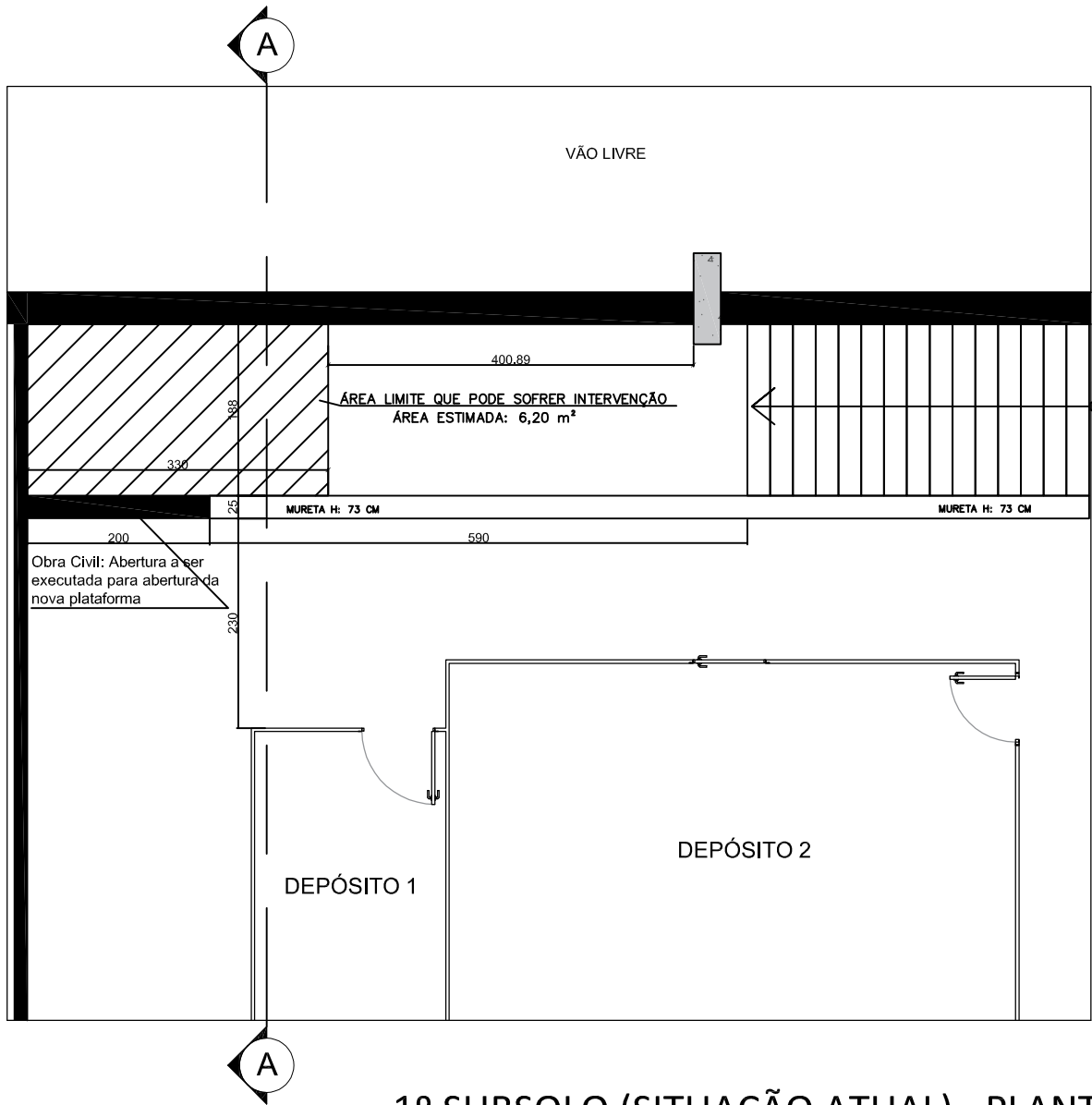


2º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75

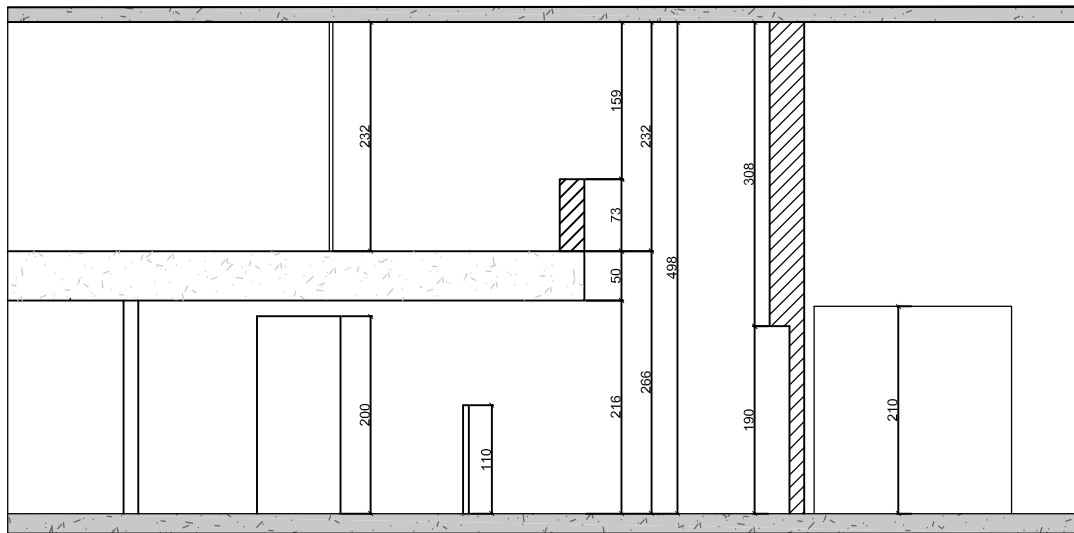
#### OBSERVAÇÕES

- 1 - Conferir as medidas antes da execução das intervenções.
- 2 - As unidades de medidas utilizadas nas cotas dos modelos são metros e centímetros. Medidas abaixo de 10,00 metro estão representadas em centímetros, e medidas acima de 10,00 metro estão representadas em metros.
- 3 - A área de intervenção contempla o limite máximo para a instalação do equipamento de plataforma elevatória cabinada para atendimento das legislações vigentes.
- 4 - Este projeto não exime a empresa executora de conferir todas as intervenções necessárias para a perfeita instalação de seu equipamento.

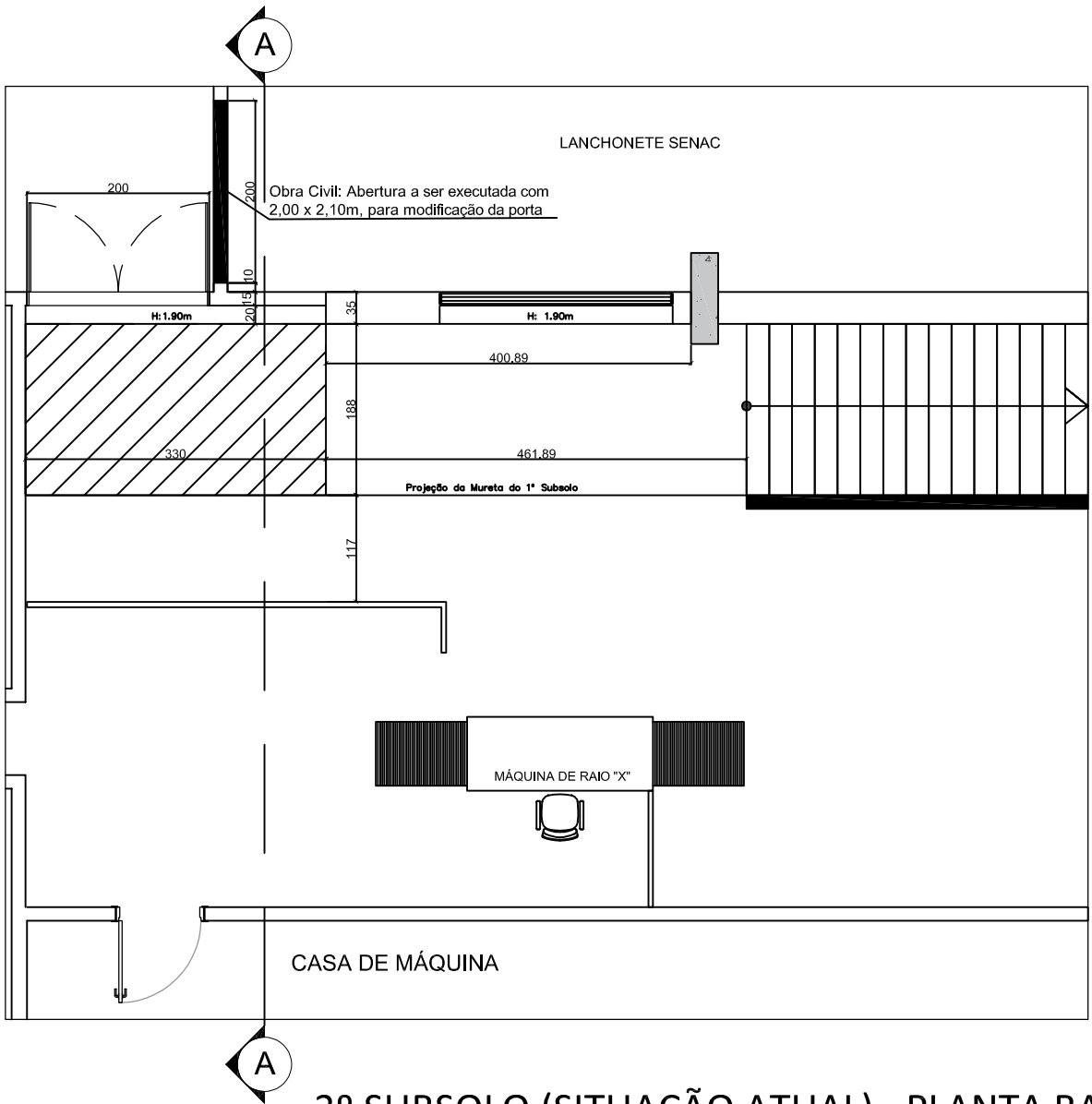
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	PROPRIETÁRIO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP		DATA FEVEREIRO DE 2023
	ENDEREÇO ZONA CÍVICO ADMINISTRATIVA, ED. ANEXO II, 1º e 2º SUBSOLOS - BRASÍLIA/DF		ESCALA CONFORME INDICADA
	PLANTA BAIXA / CORTE AA		FOLHA 1/1
	RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCUS BOHMGAREM	REGISTRO PROFISSIONAL CREA Nº 17609/D-GO	REVISÃO 13/02/2023



1º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75




CORTE AA  
ESCALA - 1:75



2º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75

**OBSERVAÇÕES**

- 1 - Conferir as medidas antes da execução das intervenções.
- 2 - As unidades de medidas utilizadas nas cotas dos modelos são metros e centímetros. Medidas abaixo de 10,00 metro estão representadas em centímetros, e medidas acima de 10,00 metro estão representadas em metros
- 3 - A área de intervenção contempla o limite máximo para a instalação do equipamento de plataforma elevatória cabinada para atendimento das legislações vigentes.
- 4 - Este projeto não exime a empresa executora de conferir todas as intervenções necessárias para a perfeita instalação de seu equipamento.

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	PROPRIETÁRIO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP	DATA FEVEREIRO DE 2023
	ENDEREÇO ZONA CÍVICO ADMINISTRATIVA, ED. ANEXO II, 1º e 2º SUBSOLOS - BRASÍLIA/DF	ESCALA CONFORME INDICADA
	PLANTA BAIXA / CORTE AA	FOLHA 1/1
	RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCUS BOHMGHREM	REGISTRO PROFISSIONAL CREA Nº 17609/D-GO
		REVISÃO 13/02/2023

**Anexo III - ETP22\_2023.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 22/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08004.000254/2023-02

## 2. Descrição da necessidade

**Fabricação, montagem e Instalação de 01 elevador eletromecânico sob medida, com a execução de reformas e adaptações civis no local da edificação.**

2.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar é a contratação de empresa especializada para a realização de serviços técnicos de reformas físicas, fabricação, montagem e instalação de 01 (um) elevador eletromecânico sob medida, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida, em conformidade às normas de acessibilidade vigentes para atender às necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília/DF.

2.2. Inicialmente cumprimos descrever que o equipamento em questão deverá ser instalado para viabilizar o acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldades de locomoção entre os dois pavimentos de subsolo do edifício Anexo II, buscando atender aos seguintes normativos vigentes, senão vejamos:

### ***Constituição Federal, de 1988***

*Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

...

*§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de **garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.** (g.n)*

### ***Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000***

*Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de **edifícios públicos** ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.*

...

*II – **pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;** (g.n)*

2.3. Atualmente o acesso entre os dois pavimentos de subsolo do edifício Anexo II ocorre por meio de uma plataforma inclinada que encontra-se instalada na única escada de interligação dos pavimentos, conforme imagem abaixo:



**Imagem 1** - Foto da escada de ligação dos dois pavimentos de subsolo do edifício Anexo II. (Em 16.02.2023)

2.3.1. Quando da utilização deste equipamento existente, temos que o fluxo de usuários da escada fica limitado, visto que durante o seu uso a mesma ocupa mais da metade do vão da escada.

2.3.2. Ademais, o histórico dos custos e prazos de suas manutenções e reparos demonstram uma certa onerosidade para com a Administração, tendo em vista que o equipamento foi adquirido em 2003, segundo histórico do registro de patrimônio do mesmo.

2.4. Portanto, a necessidade em comento versa sobre a viabilidade de promover o transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida através de uma plataforma elevatória, com a execução de serviços de engenharia para adaptar o local físico, fabricar, montar e instalar o equipamento eletro mecânico de transporte de pessoas.

2.5. Deste modo, podemos apresentar de forma resumida os itens para a contratação em comento:

Itens	Descrição
1	Fabricação, montagem, instalação e revisões técnicas de 01 (um) elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida
2	Execução de serviços de reformas civis para adequar o espaço físico para a instalação do elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia	Helton Luis Prado
Divisão de Apoio Técnico Administrativo	MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAREM

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação para os serviços técnicos de reformas físicas, fabricação, montagem e instalação de 01 (um) elevador eletromecânico sob medida deverá obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato – existentes ou que venham a ser editadas – mais especificadamente às seguintes normas:

- a. 1. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- b. 2. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.
- c. 3. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.
- d. 4. À Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997 e atualizações – Estabelece as Práticas de Projetos e Construção e Manutenção de edifícios Públicos Federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes de SISG.
- e. 5. Disposições legais da União e do Governo do Distrito Federal (incluindo as do CBM-DF).
- f. 6. Exigências e orientações do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
- g. 7. Exigências e orientações do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal.
- h. 8. Normativos do Ministério do Trabalho e emprego aplicáveis.

4.2. A contratada deverá atentar em especial para os normativos que seguem e seus associados, mas não se restringir a eles. A presença ou não de um normativo nesta lista não exime a contratada de observá-lo, se pertinente for à prestação de serviços, aqui contratados.

- I. 1. ABNT NBR NM 196:1999 - Elevadores de passageiros e monta-cargas – Guias para cabos e contrapesos - Perfil T.
- II. 2. ABNT NBR NM 313:2007 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência.
- III. 3. ABNT NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão.
- IV. 4. ABNT NBR 5671:1990 - Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura.
- V. 5. ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações - Requisitos para o sistema de gestão de manutenção.
- VI. 6. ABNT NBR 6118: 2014 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento.

- VII. 7. ABNT NBR 6120:2019 - Ações para o cálculo de estruturas de edificações.
- VIII. 8. ABNT NBR 6122:2022 - Projeto e execução de fundações.
- IX. 9. ABNT NBR 7199:2016 - Vidros na construção civil - Projeto, execução e aplicações.
- X. 10. ABNT NBR 9050:2022 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- XI. 11. ABNT NBR 9077:2001 - Saídas de emergência em edifícios.
- XII. 12. ABNT NBR 10821:2017 - Esquadrias para edificações.
- XIII. 13. ABNT NBR 11702:2021 - Tintas para construção civil - Tintas, vernizes, texturas e complementos para edificações não industriais - Classificação e requisitos.
- XIV. 14. ABNT NBR 12721:2006 - Avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edifícios - Procedimento.
- XV. 15. ABNT NBR 13529:2013 - Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas - Terminologia.
- XVI. 16. ABNT NBR 14364:1999 - Elevadores e escadas rolantes - Inspetores de elevadores e escadas rolantes – Qualificação.
- XVII. 17. ABNT NBR 14698:2001 - Vidro temperado.
- XVIII. 18. ABNT NBR 14712:2013 - Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores de maca – Requisitos de segurança para projeto, fabricação e instalação.
- XIX. 19. ABNT NBR 16858:2002 - Elevadores - Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores - Parte 7: Melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas.
- XX. 20. ABNT NBR 15655-1/ISSO 9386-1:2013 – Plataformas de elevação motorizada para pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos para segurança, dimensões e operações funcional;
- XXI. 21. ABNT NBR 16280:2014 - Reforma em edificações - sistema de gestão de reformas - Requisitos.
- XXII. 22. ABNT NBR 16858: 2020 - Elevadores - Requisitos de segurança para construção e instalação
- XXIII. 23. Ministério do Trabalho e Emprego NR 6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- XXIV. 24. Ministério do Trabalho e Emprego NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- XXV. 25. Ministério do Trabalho e Emprego NR 18: Segurança e saúde no trabalho na Indústria da Construção.
- XXVI. 26. Ministério do Trabalho e Emprego NR 23: Proteção contra incêndios.

## 5. ANALISAR A CONTRATAÇÃO ANTERIOR OU A SÉR

5.1. Apesar da presença de uma plataforma de acessibilidade nas dependências do MJSP, esta foi adquirida em 2003 e se encontra com considerável situação de obsolescência.

5.2. Tendo em vista que sua aquisição ocorreu com embasamentos técnicos e jurídicos que não se encontram mais vigentes, não há no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública uma contratação anterior que possa ser utilizada para análise técnica.

## 6. CLASSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

6.1. A contratação ora pretendida não exige classificação em ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011..

6.2. O valor máximo aceitável não possuirá caráter sigiloso.

## 7. Levantamento de Mercado

7.1. Neste tópico abordaremos o levantamento de mercado para a contratação em comento, conforme os 02 (dois) Itens instruídos anteriormente.

### 7.2. Item 1 - Fabricação, montagem e instalação de equipamento elevador eletromecânico sob medida

7.2.1. De forma a identificar as soluções existentes no mercado, foram encaminhados e-mails para empresas do ramo solicitando proposta que atendesse os requisitos elencados pelo MJSP.

7.2.2. Em resposta, foram apresentadas 5 (cinco) soluções de plataforma por 4 (quatro) empresas diferentes.

Empresa	Solução	Contato	Valor



Montele Elevadores	Plataforma de percurso vertical PL-200. Orientação de acesso: Mesmo lado.	comercial@montele.com.br 4000-1044	R\$ 72.246,20
Grupo Advance	Plataforma cabinada	claudio.equipamentos@gmail.com 61 98119-0929	R\$ 136.868,00
Grupo Advance	Plataforma semi-cabinada	claudio.equipamentos@gmail.com 61 98119-0929	R\$ 118.452,00
Mobilitá	Plataforma de acessibilidade	vendas@mibilitaelevadores.com.br 11 4328-8700	R\$ 47.400,00
Elevadores OK	Plataforma elevatória	vendas@elevadoresok.com.br 91 3236-0414	R\$ 125.000,00

### 7.3. Item 2 - Execução de serviços de reformas civis para adequar o espaço físico

7.3.1. Os serviços de reforma e adequações da área física para a montagem e instalação do equipamento eletro mecânico se tornam necessários devido as peculiaridades do espaço físico disponível para esta finalidade.

7.3.2. Dentre os serviços estimados, temos serviços civis e de instalações elétricas a serem projetadas pela empresa contratada para o item em questão, a qual deverá apresentar todas as documentações técnicas para análise e aprovação da fiscalização técnica do contrato.

7.3.3. Nos ramos de serviços de engenharia, temos que existem diversas empresas com qualificação e habilitação técnica que podem executar os serviços de reformas referentes a demolição da mureta existente, demolições de piso e alvenarias, alteração da esquadria, requadros necessários para adaptar a área para a instalação do equipamento a ser fornecido pela empresa do item anterior e acabamentos dos locais de intervenção.

7.3.4. Visando comprovar a viabilidade deste item, segue abaixo uma prospecção de contratações que tiveram como objeto a execução de serviços de reformas civis para adaptação de um espaço físico:

Empresa	Solução	Contato	Valor
Acesse Comércio e Empreendimentos Ltda	Execução de serviços de engenharia necessários para a instalação da plataforma elevatória no imóvel	(81) 98850-5503	R\$ 34.390,14
G2 CONSTRUCAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA	Prestação de serviço comum de engenharia para execução de adaptação de três salas do Comando Militar do Nordeste, visando a ocupação do novo escritório ESE (Escola de Sargento do Exército), localizado na BR232, km12, s/n Cura do, Recife - PE, CEP 50950-000, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.	(81) 3461-2957	R\$ 48.906,00
	001CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA		

GPS FACILITY E CONSTRUCAO LTDA	EXECUÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE SERVIÇO COMUM DE ADAPTAÇÃO DE SALA COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E MÃO DE OBRA, DESCRITOS NO PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO PARA ATENDER DEMANDA DA IEFEX, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS	(61) 98633-6787 diretoria@gpsfacility.com	R\$ 37.900,00
--------------------------------	--	--	---------------

## 8. Descrição da solução como um todo

8.1. Neste tópico serão descritas as soluções dos itens estimados para esta contratação, os quais foram instruídos com base no ante projeto de arquitetura, anexo ao presente Estudo Técnico Preliminar.

### 8.2. Item 1 - Equipamento elevador eletromecânico sob medida

8.2.1. O serviço a ser contratado possui as seguintes características técnicas:

- a. 1. Plataforma elevatória para transporte de pessoa com deficiência, em conformidade com as normas técnicas NBR ISO 9386-1– Plataformas de Elevação Motorizadas para Pessoas com Mobilidade Reduzida - Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional e NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- b. 2. Enclausuramento completo para percurso com eliminação de pontos de esmagamento em qualquer face.
- c. 3. Capacidade de carga mínima de 250 kg (de acordo com a Norma ABNT ISO 9386-1 e NBR 9050).
- d. 4. Velocidade da plataforma: mínimo de 6m/min.
- e. 5. Paradas: 02 paradas (1º e 2º Subsolos).
- f. 6. Percurso: Até 2,70 m entre duas paradas (nível do piso do 1º subsolo ao nível do piso do 2º subsolo, conforme anteprojeto de engenharia, Anexo I-E).
- g. 7. Dimensões mínimas compatíveis com o anteprojeto de engenharia, conforme Anexo I-E deste Termo de Referência.
- h. 8. Cabine com teto, iluminação em LED e iluminação de emergência.
- i. 9. Cabine enclausurada.
- j. 10. Controle de chamadas no interior do equipamento e nos pavimentos.
- k. 11. Piso Antiderrapante com as soleiras da plataforma ou pavimentos em cor contrastante com a superfície do piso do pavimento na entrada.
- l. 12. Porta dos pavimentos: com fechamento manual e travamento eletromecânico, que permita que a plataforma suba ou desça somente quando portas e portões estiverem fechados e travados.
- m. 13. Abertura das portas apenas com a plataforma nivelada ao piso.
- n. 14. Botão de emergência para parada imediata da plataforma, em qualquer posição.
- o. 15. Sinalização conforme simbologias normatizadas pela ABNT, devendo conter etiquetas, avisos e instruções de operação/emergência, com indicações em braille.

- p. 16. Além das demais prescrições normativas, nas condições de segurança devem ser observadas a existência de: freio de emergência; botão de emergência; trava eletromecânica; sensor de porta fechada, sensor abaixo do equipamento, para evitar esmagamento e aprisionamento.

8.2.2. A resolução 218/73 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) define que a execução de supervisão e condução de equipe de instalação de atividades relacionadas a instalação e serviços em elevadores são de atribuição de engenheiros mecânicos.

8.2.3. Como a execução dos serviços de instalação do equipamento em questão são atividades de engenharia mecânica, deverão ser supervisionados por engenheiro e serão executados em bem imóvel, tem-se a caracterização destes serviços como de engenharia.

8.2.4. A empresa contratada deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional qualificado e responsável pela execução do serviço.

#### **8.2.5. Das instalações mecânicas**

- a. 1. A empresa deverá executar, obrigatoriamente, os componentes como engrenagens, unidades de acionamento e quadro de comando de forma a serem protegidos para assegurar a integridade física dos usuários e transeuntes periféricos. As proteções devem ser de material não perfurado e os painéis de acesso devem ser fixados por meios que exijam o uso de uma ferramenta ou chave para sua retirada ou abertura.
- b. 2. As estruturas e os componentes em geral devem garantir a proteção contra perigos atribuíveis ao uso da plataforma elevatória, como os riscos de corte, esmagamento, aprisionamento, escoriação, emaranhamento, queda, tropeço, impacto, choque físico ou elétrico etc.;
- c. 3. Os serviços a cargo da empresa deverão seguir os normativos vigentes, como a NBR ISO 9386-1/2013, NBR ISO 9386-2/2012, NBR 12892/2022, NBR 16858-1/2021 e NBR 16858-3/2022.
- d. 4. A empresa deverá apresentar o projeto executivo do equipamento para subsidiar a execução dos serviços de reformas e adaptações físicas do local.
- e. 5. As instalações mecânicas do equipamento deverão ser objeto de manutenções e revisões técnicas durante o período de garantia dos serviços, o qual se faz necessário que seja de pelo menos 1 ano após o recebimento definitivo do objeto do Item 01.

### **8.3. Item 2 - Serviços de reformas e adaptações físicas**

#### **8.3.1. Das instalações elétricas**

8.3.1.1. Para a execução dos serviços de instalações elétricas, deverão ser observadas as diretrizes gerais e outras pertinentes sobre serviços de reformas.

8.3.1.2. Toda e qualquer adaptação que a empresa precisar executar no sistema de instalações elétricas da edificação deverá ser apresentado previamente à Contratante para que seja analisado tecnicamente as intervenções, as quais somente poderão ser executadas após autorização formal da área técnica de engenharia e arquitetura da Contratante.

8.3.1.3. As emendas de condutores somente poderão ser feitas nas caixas, não sendo permitida a enfição de condutores emendados, conforme disposição da NBR 5410. Não serão permitidas, de forma alguma, emendas dentro de eletrodutos ou dutos. O isolamento das emendas e derivações deverá ter, no mínimo, características equivalentes às dos condutores utilizados.

8.3.1.4. A enfição será feita com o menor número possível de emendas, caso em que deverão ser seguidas as prescrições: limpar cuidadosamente as pontas dos fios a emendas; para circuitos de tensão entre fases inferior a 240V, isolar as emendas com fita isolante formar espessura igual ou superior à do isolamento normal do condutor; executar todas as emendas dentro das caixas.

8.3.1.5. Todos os condutores de um mesmo circuito deverão ser instalados no mesmo eletroduto.

8.3.1.6. As emendas dos cabos de 240V a 1000V serão feitas com conectores de pressão ou luvas de aperto ou compressão. As emendas, exceto quando feitas com luvas isoladas, deverão ser revestidas com fita de borracha moldável até se obter uma superfície uniforme, sobre a qual serão aplicadas, em meia sobreposição, camadas de fita isolante adesiva. A espessura da reposição do isolamento deverá ser igual ou superior à camada isolante do condutor. As emendas dos cabos com isolamento superior a 1000V deverão ser executadas conforme recomendações do fabricante.

8.3.1.7. A enfição de cabos deverá ser precedida de conveniente limpeza dos dutos e eletrodutos, com ar comprimido ou com passagem de bucha embebida em verniz isolante ou parafina. O lubrificante para facilitar a enfição, se necessário, deverá ser adequado à finalidade e compatível com o tipo de isolamento dos condutores. Podendo ser usados talco industrial neutro e vaselina industrial neutra, porém, não será permitido o emprego de graxas.

8.3.1.8. As instalações elétricas só poderão ser executadas com material e equipamentos examinados e aprovados pela fiscalização técnica dos serviços. A execução deverá ser inspecionada durante todas as fases de execução, bem como após a conclusão, para comprovar o cumprimento das exigências do contrato.

8.3.1.9. Os componentes plásticos e a isolação de fiação elétrica devem ser retardantes à chama e auto-extinguíveis.

8.3.1.10. Os serviços a cargo da empresa deverão seguir os normativos vigentes, como a NBR 5410/2004, NBR 7288/2018 e NBR 16280/2020.

### 8.3.2. Das instalações civis

8.3.2.1. Toda e qualquer adaptação que a empresa precisar executar no piso, paredes ou teto da edificação deverá ser apresentado previamente à Contratante para que seja analisado tecnicamente as intervenções, as quais somente poderão ser executadas após autorização formal da área técnica de engenharia e arquitetura da Contratante.

8.3.2.2. O rebaixamento do piso será executado pela Contratada, devendo a empresa que fornecerá o equipamento eletro mecânico apresentar na sua proposta qual o nível do piso acabado que deve estar no local, além das metragens técnicas de seu equipamento.

8.3.2.3. A empresa deverá providenciar para que os materiais, mão-de-obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma e plano de execução do objeto contratado.

8.3.2.4. A empresa deve obedecer às normas de segurança vigente, bem como a instalação do equipamento não pode comprometer a estrutura civil da edificação.

8.3.2.5. A limpeza dos elementos deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas. Particular cuidado deverá ser aplicado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.

8.3.2.6. Os serviços a cargo da empresa deverão seguir os normativos vigentes, como a NBR 6118/2014, NBR 15575/2013, NBR 16537/2018.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A quantidade a ser contratada é:

Itens	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Fabricação, montagem, instalação e revisões técnicas de 01 (um) elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida	serviço	1
2	Execução de serviços de reformas civis para adequar o espaço físico para a instalação do elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida	serviço	1

8.1.1. Nos valores dos serviços deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para a sua correta execução, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

8.2. As memórias de cálculo e documentos que forneceram o suporte para estas definições das quantidades acima listadas estão relacionadas ao tópico "Descrição da necessidade".

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 205.793,48

10.1. Para a definição das estimativas dos valores da contratação em comento, temos que foram utilizados os preceitos legais do §2º do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, senão vejamos:

*2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;*

*II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;*

*III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.*

### 10.2. Item 1: Fabricação, montagem, instalação e revisões técnicas de 01 (um) elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida

10.2.1 Em relação aos serviços técnicos do Item 1, temos que as tabelas SINAPI e SICRO não possuem composições específicas ou passíveis de serem utilizadas para atender ao Inciso I do §2º Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. Em continuidade, atendendo ao Inciso II do §2º Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, temos que por meio das tabelas do Informativo SBC (<https://www.informativosbc.com.br/>) podemos embasar as composições dos serviços de engenharia para esta demanda, senão vejamos:

80615 PLATAFORMA ELEVAT. TRANSPORTE VERTICAL DESNIVEL DE 2 ATE 4M UN					
				62.232,87	
Código	Descrição	Unidade	Índice	Preço Unit.	Preço Total
88196	PLATAFORMA ELEVATORIA DE TRANSPORTE VERTICAL, DESNIVEL DE 2,0 ATE 4,00 M, CABINADA EM ACO INOX, PORTAS UNILATERAL OU OPOSTAS - ENCLAUSURAMENTO EM ALVENARIA A CARGO DO CONTRATANTE	UN	1.0000	59.400,00	59.400,00
99022	MONTADOR	H	85.2800	9,56	815,28
99450	AJUDANTE ESPECIALIZADO	H	85.2800	6,25	533,00
--	LEIS SOCIAIS (110.11%)	--	--	--	1.484,59
<b>Total</b>				<b>62.232,87</b>	

24602 MECANICA-FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE MONTAGEM DE ELEVADORES MES					
				22.128,26	
Código	Descrição	Unidade	Índice	Preço Unit.	Preço Total
99237	ENGENHEIRO CIVIL PLENO	H	181.2990	46,82	8.488,42
99311	ENCARREGADO DE TURMA	H	139.3810	14,66	2.043,33
--	LEIS SOCIAIS (110.11%)	--	--	--	11.596,51
<b>Total</b>				<b>22.128,26</b>	

80200					
SERVICO DE ADMINISTRACAO E FISCALIZACAO P/INST.ELEVADORES					
MES					
				17.052,86	
Código	Descrição	Unidade	Índice	Preço Unit.	Preço Total
99275	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	79.3180	56,25	4.461,64
99930	ENCARREGADO	H	249.2850	14,66	3.654,52
--	LEIS SOCIAIS (110.11%)	--	--	--	8.936,70
<b>Total</b>					<b>17.052,86</b>

10.2.3. Os valores apresentados acima foram obtidos com data base de 03/2023. Deste modo, visando atualizar estes custos dos serviços, utilizando para os preços unitários de mão de obra o seu correspondente na tabela SINAPI, temos como estimativa para o Item 1 os seguintes valores:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ESTIMATIVA - ITEM 01								
OBRA:		Elevador vertical para acessibilidade						
LOCAL:		Ministério da Justiça e Segurança Pública, Edifício Anexo II, 1º e 2º Subsolos						
RESPONSÁVEL:		Engenheiro Civil Marcus Vinicius de Amorim Bohmgahrem			DATA:	02/06/2023	DATA BASE:	abr/23
Item	Referência	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Preços - Não Desonerado		Relevância
						Unitário	Total	
1	PLATAFORMA ELEVATÓRIA DE TRANSPORTE VERTICAL DESNIVEL DE 2 ATÉ 4M							
1,1	PESQUISA DE MERCADO	SEI 23527430	PLATAFORMA ELEVATÓRIA DE TRANSPORTE VERTICAL, DESNIVEL DE 2,0 ATE 4,00 M, CABINADA EM AÇO INOX, PORTAS UNILATERAL OU OPOSTAS - ENCLAUSURAMENTO EM ALVENARIA A CARGO DO CONTRATANTE	UNID	1	R\$98.298,33	R\$98.298,33	100,00%
1,2	SINAPI	88279	MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	85,28	R\$30,72	R\$2.619,80	2,67%
1,3	SINAPI	88243	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	85,28	R\$22,44	R\$1.913,68	1,95%
TOTAL PLATAFORMA ELEVATÓRIA DE TRANSPORTE VERTICAL DESNIVEL DE 2 ATÉ 4M							R\$102.831,81	
2	MECANICA - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ELEVADORES							
2,1	SINAPI	100306	ENGENHEIRO CIVIL PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	181,299	R\$124,70	R\$22.607,99	23,00%
2,2	SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,381	R\$23,07	R\$3.215,52	3,27%
TOTAL MECANICA - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ELEVADORES							R\$25.823,50	
3	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ELEVADORES							
3,1	SINAPI	91677	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	79,318	R\$130,74	R\$10.370,04	10,55%
3,2	SINAPI	88266	ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	249,285	R\$35,47	R\$8.842,14	9,00%
TOTAL SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ELEVADORES							R\$19.212,17	
TOTAL SERVIÇOS DE ENGENHARIA							R\$49.569,16	
BDI SERVIÇOS DE ENGENHARIA							R\$11.140,20	
TOTAL INSUMOS / MERO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS							R\$98.298,33	
BDI DIFERENCIADO							R\$15.018,07	
TOTAL GLOBAL (ESTIMATIVO)							R\$174.025,76	

10.2.4. Os custos apresentados acima deverão ser detalhados e especificados conforme o Termo de Referência.

### 10.3. Item 2 - Serviços de reformas e adaptações físicas

10.3.1. Para as estimativas dos valores referentes ao Item 02, todos os serviços que podem ser previamente estimados tiveram os seus custos obtidos da tabela SINAPI.

10.3.2. Contudo, esta estimativa deverá ser melhor instruída no Termo de Referência para viabilizar a licitação deste Item.

10.3.3. Abaixo consta a tabela em que tem-se a estimativa do Item 02:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ESTIMATIVA - ITEM 02								
OBRA:		Elevador vertical para acessibilidade						
LOCAL:		Ministério da Justiça e Segurança Pública, Edifício Anexo II, 1º e 2º Subsolos						
RESPONSÁVEL:		Engenheiro Civil Marcus Vinicius de Amorim Bohmgahr			DATA:	02/06/2023	DATA BASE:	abr/23
Item	Referência	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada	Preços - Não Desonerado		Relevância
						Unitário	Total	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1,1	SINAPI	98458	MONTAGEM DE TAPUME COM CHAPA COMPENSADA DE MADEIRA	M2	20	R\$164,54	R\$3.290,81	24,79%
1,2	SINAPI	97637	REMOÇÃO DE TAPUME/ CHAPAS METÁLICAS E DE MADEIRA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M2	20	R\$2,37	R\$47,31	0,36%
1,3	SINAPI	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE	M2	5	R\$18,25	R\$91,26	0,69%
1,4	CAU/BR	-	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E DEMAIS DOCUMENTAÇÕES TÉCNICAS	CONJUNTO	1	R\$13.197,93	R\$13.197,93	98,11%
1,5	CREA/DF	-	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1067/2015	UNID	1	R\$254,59	R\$254,59	1,89%
						TOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES		R\$16.881,89
2	DEMOLIÇÕES							
2,1	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M3	1,14	R\$51,04	R\$58,19	0,44%
2,2	SINAPI	97629	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO	M3	1	R\$115,98	R\$115,98	0,87%
2,3	SINAPI	102192	REMOÇÃO DE VIDRO TEMPERADO FIXADO EM PERFIL U	M2	4	R\$16,37	R\$65,48	0,49%
2,4	SINAPI	97660	REMOÇÃO DE INTERRUPTORES/TOMADAS ELÉTRICAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	UNID	4	R\$0,66	R\$2,64	0,02%
2,5	SINAPI	97661	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	M	12,81	R\$0,68	R\$8,71	0,07%
						TOTAL DEMOLIÇÕES		R\$250,99
3	ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES							
3,1	SINAPI	103075	EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO, COM ACABAMENTO SUPERFICIAL, ESPESSURA DE 15 CM, FCK = 30 MPA	M2	6,2	R\$218,08	R\$1.352,97	10,19%
3,2	SINAPI	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS	M2	6,2	R\$54,51	R\$338,18	2,55%
						TOTAL ESTRUTURAS E FUNDAÇÕES		R\$1.691,15
4	ALVENARIA							
4,1	SINAPI	103328	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS	M2	4,18	R\$90,21	R\$377,08	2,84%
						TOTAL ALVENARIA		R\$377,08
5	REVESTIMENTOS							
5,1	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS	M2	8,58	R\$4,61	R\$39,55	0,30%
5,2	SINAPI	89173	SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE	M2	8,58	R\$43,51	R\$373,32	2,81%
5,3	SINAPI	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL	M2	26,88	R\$18,99	R\$510,46	3,84%
5,4	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	26,88	R\$12,72	R\$341,92	2,58%
						TOTAL REVESTIMENTOS		R\$1.265,26
6	ESQUADRIA							
6,1	SINAPI	102185	PORTA DE ABRIR COM MOLA HIDRÁULICA, EM VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210 CM, ESPESSURA DD 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	UNID	1	R\$3.213,05	R\$3.213,05	24,20%
						TOTAL ESQUADRIAS		R\$3.213,05

7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
7,1	SINAPI	101877	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO PARA 3 DISJUNTORES	UNID	1	R\$74,10	R\$74,10	0,56%
7,2	SINAPI	93662	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A	UNID	2	R\$81,07	R\$162,14	1,22%
7,3	SINAPI	95727	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), APARENTE	M	98	R\$13,19	R\$1.292,62	9,74%
7,4	SINAPI	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	294	R\$5,10	R\$1.499,40	11,29%
						TOTAL INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$3.028,26	
8	LIMPEZA FINAL							
8,1	SINAPI	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	M2	6,2	R\$1,93	R\$11,97	0,09%
8,2	SINAPI	99823	LIMPEZA DE PORTA INTEIRAMENTE DE VIDRO	M2	4,2	R\$2,16	R\$9,07	0,07%
						TOTAL LIMPEZA FINAL	R\$11,97	
						TOTAL SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R\$13.276,21	
						BDI SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R\$2.983,70	
						TOTAL INSUMOS / MERO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS	R\$13.452,52	
						BDI DIFERENCIADO	R\$2.055,28	
						TOTAL GLOBAL (ESTIMATIVO)	R\$31.767,71	

10.4. Para as estimativas das alíquotas dos BDI (Serviço de Engenharia e Mero Fornecimento de Equipamentos), temos nas tabelas abaixo o demonstrativo de cálculo destes valores, senão vejamos:

BDI CALCULADO - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS						
Itens	Siglas	Preencher com valores dentro do intervalo admissível	Situação intervalo admissível	Intervalo Admissível		
				1º Quartil	Médio	3º Quartil
Taxa de rateio da Administração Central	AC	3,00%	OK	3,00%	4,00%	5,50%
Taxa de Despesas Financeiras	DF	0,59%	OK	0,59%	1,27%	1,27%
Taxa de Seguro e Garantia do Empreendimento	S + G	0,80%	OK	0,80%	0,80%	1,00%
Taxa de Risco	R	0,97%	OK	0,97%	1,27%	1,27%
Taxa de Tributos (Soma dos itens COFINS, ISS e PIS)	I	8,65%	OK	4,85%	7,65%	9,03%
Imposto Sobre Serviços	ISS	5,00%		Variável conforme Localidade da Obra		
Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	PIS	0,65%		Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%		Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.		
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	CPRB			Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011		
Taxa de Lucro	L	6,16%	OK	6,16%	7,40%	8,96%
Fórmula BDI conforme Acórdão n. 2.369/2011 e n. 2622/2013, ambos TCU - Plenário.	BDI resultante	22,47%	OK	20,34%	22,12%	25,00%
BDI CALCULADO - MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS						
Itens	Siglas	Preencher com valores dentro do intervalo admissível	Situação intervalo admissível	Intervalo Admissível		
				1º Quartil	Médio	3º Quartil
Taxa de rateio da Administração Central	AC	3,45%	OK	1,50%	3,45%	4,49%
Taxa de Despesas Financeiras	DF	0,85%	OK	0,85%	0,85%	1,11%
Taxa de Seguro e Garantia do Empreendimento	S + G	0,48%	OK	0,30%	0,48%	0,82%
Taxa de Risco	R	0,85%	OK	0,56%	0,85%	0,89%
Taxa de Tributos (Soma dos itens COFINS, ISS e PIS)	I	3,65%	Não OK	4,85%	7,65%	9,03%
Imposto Sobre Serviços	ISS	0,00%		Variável conforme Localidade da Obra		
Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	PIS	0,65%		Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%		Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.		
Taxa de Lucro	L	5,11%	OK	3,50%	5,11%	6,22%
Fórmula BDI conforme Acórdão n. 2.369/2011 e n. 2622/2013, ambos TCU - Plenário.	BDI resultante	15,28%	OK	11,10%	14,02%	16,80%

10.5. Portanto, o valor estimado para a contratação em comento, somando-se os Itens 01 e 02, perfaz o montante de R\$ 205.793,48.



## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Para o processo em análise haverá a divisão do objeto em dois Itens de forma a aumentar a competitividade do certame, sem prejuízo para a execução do objeto.

Itens	Descrição
1	Fabricação, montagem, instalação e revisões técnicas de 01 (um) elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida
2	Execução de serviços de reformas civis para adequar o espaço físico para a instalação do elevador eletromecânico, sem casa de máquinas, de transporte vertical de pessoas com e/ou sem mobilidade reduzida

11.2. Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que "a questão da viabilidade do fracionamento, deve ser decidida com base em cada caso, pois cada órgão tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto" (Acórdão TCU nº 732/2008).

11.3. Conforme pesquisa realizada referentes aos subitens anteriores, existem pregões com objetos iguais, mostrando que a solução adotada é factível e também é economicamente viável.

11.4. Como o objeto será dividido em dois Itens não haverá perda de escala.

11.5. A opção pela divisão do objeto em dois Itens busca aproveitar melhor o mercado e ampliar a competitividade.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. O Ministério da Justiça e Segurança Pública irá contratar os projetos e a obra para a modernização dos elevadores existentes no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além disso, esta contratação irá adicionar uma parada a mais nos elevadores do Anexo II, possibilitando que os mesmo atendam o 2º subsolo do Anexo II. Entretanto, esta é uma contratação que demandará uma intervenção maior nos edifícios e que, portanto, será mais demorada.

12.2. Ademais, temos que está em processo interno a contratação de empresa para realizar a manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos elevadores instalados no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tal contratação, futuramente, deverá ser ajustada para o atendimento do equipamento a ser fabricado, montado e instalado no edifício Anexo II.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A instalação de uma plataforma de acessibilidade visa a garantir o cumprimento da Lei de Acessibilidade. Desta forma, irá facilitar a locomoção dos usuários portadores de necessidades especiais nos edifícios do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

13.2. A plataforma hoje existente está obsoleta, apresentando muitos problemas de manutenção e encontra-se localizada em cima de uma escada muito utilizada pelos usuários. Desta forma, a nova plataforma melhorar o fluxo de pedestres no edifício Anexo II.

13.3. Cumprimos destacar que esta contratação encontra-se dentro do planejamento de contratações anuais para 2023, conforme link [www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratosv1/se/pca/pac-2023-1](http://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratosv1/se/pca/pac-2023-1), onde consta o objeto instruído no item 33. O Plano de Contratações Anuais em questão foi publicado em 19/05/2023.

13.4. Portanto, a contratação em comento buscar atender ao planejamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a regularização de suas instalações físicas frente às legislações vigentes de acessibilidade.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A instalação de uma plataforma de acessibilidade será benéfica para o cumprimento das legislações vigentes e para garantir uma maior segurança no transporte vertical de pessoas com mobilidade reduzida ou que demandam adaptações físicas em prol da garantia de acessibilidade nas edificações.

14.2. Destaca-se também que a presente contratação buscar alcançar um melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da Coordenação Geral de Arquitetura e Engenharia, visto que objetiva-se com esta contratação uma modernização das instalações eletro mecânicas de transporte vertical do edifício Anexo II, especificamente para viabilizar as condições de acessibilidade entre os 02 níveis de subsolos da edificação.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1. Como providências para a contratação em comento, deverão ser elaborados os artefatos que subsidiarão a contratação pública em comento, dentre os quais deverão constar as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação dos Lotes informados anteriormente.

15.2. É desejável que as especificações para contratação da aquisição e instalação da plataforma elevatória de acessibilidade sejam elaboradas por profissional habilitado, a exemplo do engenheiro mecânico. A fiscalização desse serviço busca garantir a qualidade, o conforto, a funcionalidade e a segurança para os usuários do equipamento, desse modo, é recomendável um servidor com experiência na área ou que tenha passado por capacitação no assunto.

15.3. O conhecimento técnico da fabricação e montagem do equipamento é uma exigência para os técnicos e responsáveis da Contratada. Portanto, não é necessário que o fiscal tenha todos os conhecimentos específicos relacionados a plataformas de acessibilidade, mas sim, que tenha conhecimentos gerais sobre o tema e principalmente a capacidade de verificar se a qualidade corresponde às especificações contidas no contrato e ao quantitativo descrito nas ordens de serviço.

15.4. Caso o servidor designado para fiscalização tenha interesse, podem ser encontrados cursos de capacitação sobre temas relacionados ao serviço a ser contratado que podem ser custeados pela Administração Pública.

15.5. Poderão ser fiscais do contrato originado deste procedimento licitatório os servidores da Coordenação Geral de Arquitetura e Engenharia, que, direta ou indiretamente, já auxiliam no Planejamento da Contratação com opiniões e discussões sobre o assunto.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Não há necessidade de licenciamento ambiental.

16.2. Sobre os resíduos da construção e instalação do equipamento:

- a. 1. A indústria da construção civil promove diferentes alterações ou impactos no sistema ambiental, dentre os quais pode-se destacar a utilização de grandes quantidades de recursos naturais; a poluição atmosférica; o consumo de energia e a geração de resíduos. Resíduos da construção civil (RCC) são aqueles gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de serviços da construção civil e os resultantes da preparação e escavação de terrenos para servicivis.
- b. 2. Pela Resolução CONAMA nº 307/2002, alterada pela de nº 348/2004, o gerador é responsável pelo gerenciamento desses resíduos, sendo obrigatória a segregação diferentes classes e seu encaminhamento para reciclagem e disposição final adequada.

16.3. As práticas de sustentabilidade vislumbradas, principalmente em relação à conservação de meio ambiente, são as descritas abaixo:

- a. 1. A otimização de recursos materiais.

- b. 2. A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias.
- c. 3. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- d. 4. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- e. 5. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias.
- f. 6. Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado pelo Contratante, em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizados nas dependências das edificações do Contratante.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

De modo geral, temos que a contratação em comento é viável conforme instruções apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, bem como observando os preceitos administrativos e técnicos que versam sobre os serviços de engenharia.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Unidade Requisitante

**MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAREM**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 01/09/2023 às 10:37:37.*

Despacho: Unidade Requisitante

**IRIS CUMMING AMICUCCI SANTOS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/09/2023 às 11:24:37.*

Despacho: Unidade Requisitante

**LEILA PEREIRA DE MORAIS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/09/2023 às 11:25:26.*

Despacho: Unidade Licitante

**LORENNAYRES LEAL LIMA**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Despacho: Portaria nº 1.718, de 16 de agosto de 2023 - Publicado em: 17/08/2023 | Edição: 157 | Seção: 2 | Página:  
48

**HELTON LUIS PRADO**

Autoridade competente



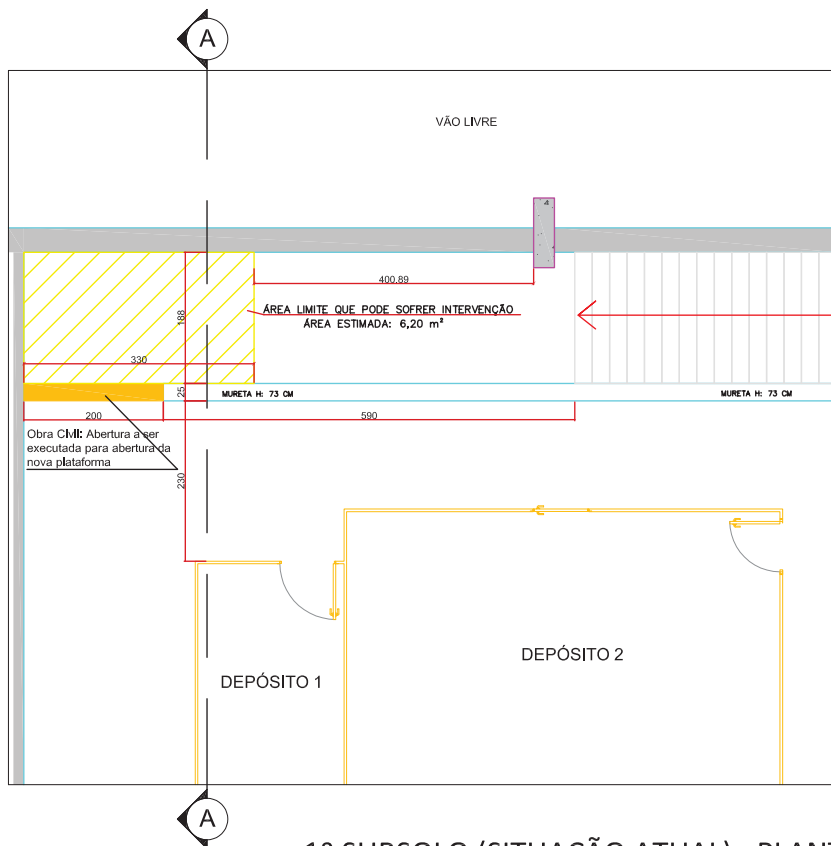
*Assinou eletronicamente em 01/09/2023 às 11:24:41.*

## Lista de Anexos

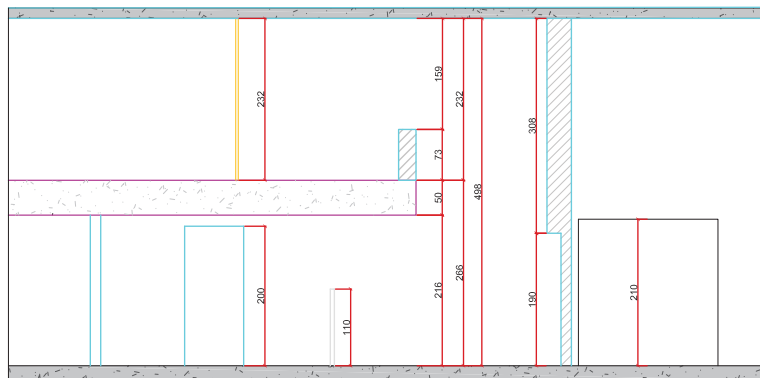
Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 02-ANEXO\_II-ARQ-AP-PLA-FLH01-Elevador\_plataforma\_1º\_e\_2º\_Subsolo-R000.pdf (833.45 KB)

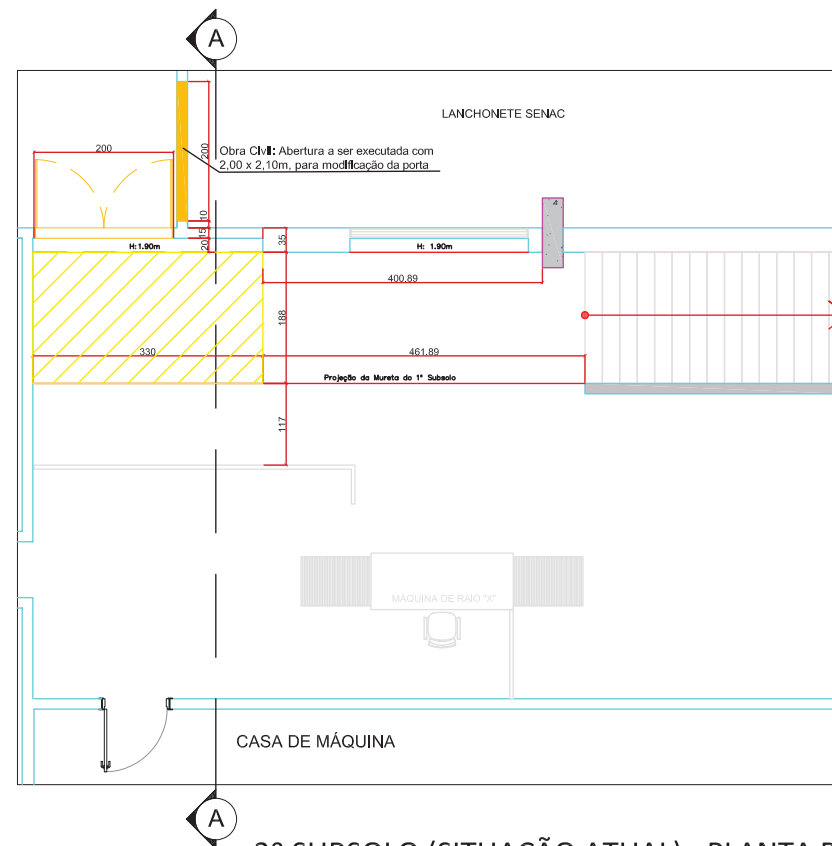
**Anexo I - 02-ANEXO\_II-ARQ-AP-PLA-FLH01-  
Elevador\_plataforma\_1º\_e\_2º\_Subsolo-R000.pdf**



1º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75




CORTE AA  
ESCALA - 1:75

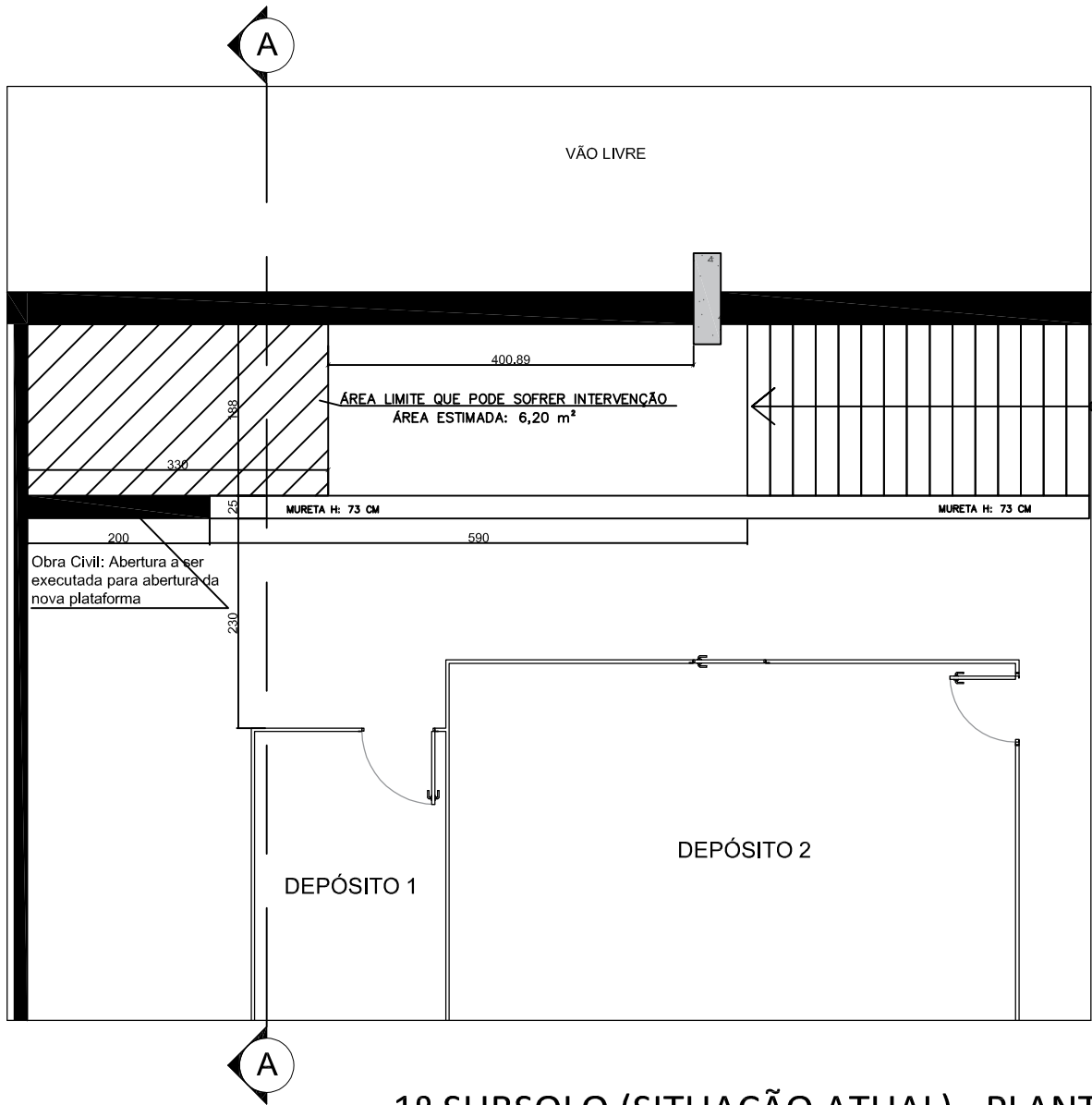


2º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75

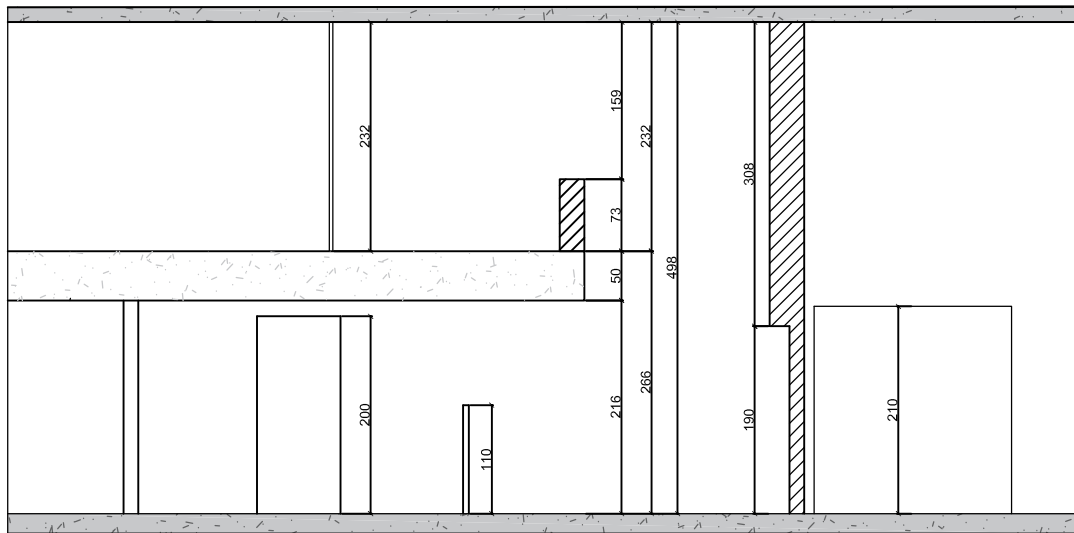
#### OBSERVAÇÕES

- 1 - Conferir as medidas antes da execução das intervenções.
- 2 - As unidades de medidas utilizadas nas cotas dos modelos são metros e centímetros. Medidas abaixo de 10,00 metro estão representadas em centímetros, e medidas acima de 10,00 metro estão representadas em metros.
- 3 - A área de intervenção contempla o limite máximo para a instalação do equipamento de plataforma elevatória cabinada para atendimento das legislações vigentes.
- 4 - Este projeto não exime a empresa executora de conferir todas as intervenções necessárias para a perfeita instalação de seu equipamento.

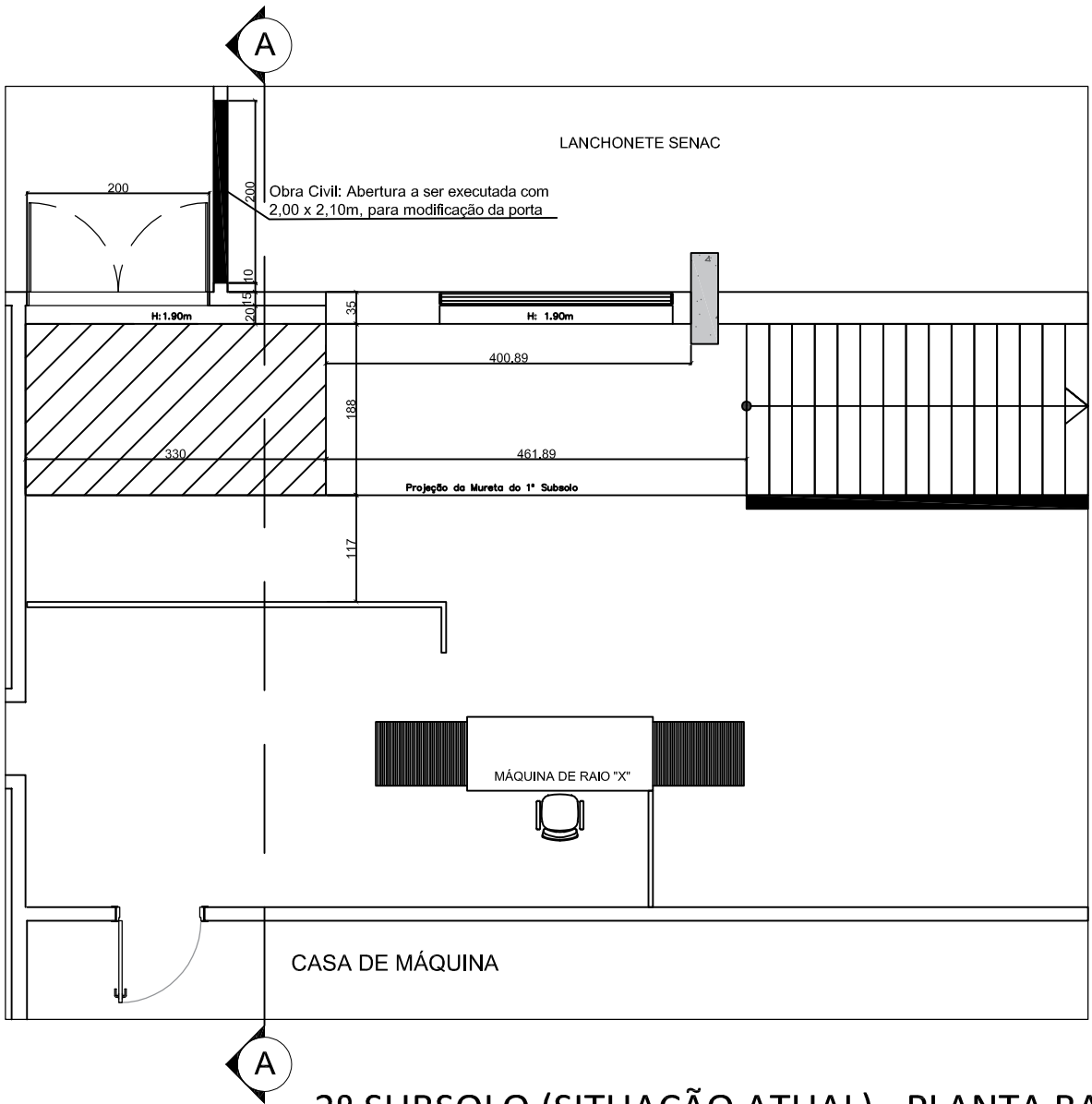
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	PROPRIETÁRIO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP	DATA FEVEREIRO DE 2023
	ENDEREÇO ZONA CÍVICO ADMINISTRATIVA, ED. ANEXO II, 1º e 2º SUBSOLOS - BRASÍLIA/DF	ESCALA CONFORME INDICADA
	PLANTA BAIXA / CORTE AA	
	RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCUS BOHMGAREM	REVISÃO 13/02/2023
REGISTRO PROFISSIONAL CREA Nº 17609/D-GO		FOLHA 1/1



1º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75




CORTE AA  
ESCALA - 1:75



2º SUBSOLO (SITUAÇÃO ATUAL) - PLANTA BAIXA  
ESCALA - 1:75

**OBSERVAÇÕES**

- 1 - Conferir as medidas antes da execução das intervenções.
- 2 - As unidades de medidas utilizadas nas cotas dos modelos são metros e centímetros. Medidas abaixo de 10,00 metro estão representadas em centímetros, e medidas acima de 10,00 metro estão representadas em metros
- 3 - A área de intervenção contempla o limite máximo para a instalação do equipamento de plataforma elevatória cabinada para atendimento das legislações vigentes.
- 4 - Este projeto não exime a empresa executora de conferir todas as intervenções necessárias para a perfeita instalação de seu equipamento.

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	PROPRIETÁRIO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP	DATA FEVEREIRO DE 2023
	ENDEREÇO ZONA CÍVICO ADMINISTRATIVA, ED. ANEXO II, 1º e 2º SUBSOLOS - BRASÍLIA/DF	ESCALA CONFORME INDICADA
	PLANTA BAIXA / CORTE AA	FOLHA 1/1
	RESPONSÁVEL TÉCNICO MARCUS BOHMGHREM	REGISTRO PROFISSIONAL CREA Nº 17609/D-GO
		REVISÃO 13/02/2023



**Anexo IV - SEI\_MJ - 26310969 - Anexo IV do Termo de Referência.pdf**



26310969



08004.001198/2023-15

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Esplanada dos Ministérios Bl. T, Anexo II, Sala 600, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-8036 e Fax: @fax\_unidade@ - <https://www.justica.gov.br>

**ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ....

PROCESSO Nº 08004.001198/2023-15

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro, para fins de participação na Dispensa de Licitação n.º \_\_\_\_ /2023 que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob n.º \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, que na presença de servidor designado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o profissional acima qualificado vistoriou as áreas onde serão executados os serviços objeto da Dispensa de Licitação n.º \_\_\_\_ /2023, inteirando-se por completo das condições estipuladas nos documentos do certame e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

\_\_\_\_\_  
Ministério da Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DE AMORIM BOHMGAREM, Engenheiro(a)**, em 30/11/2023, às 14:50, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **26310969** e o código CRC **53D46D2C**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.